



A mais covarde das armas de guerra

A Justiça internacional avançou - pouco - na punição da violência sexual contra mulheres em conflitos. Um dos maiores desafios é quebrar o silêncio das vítimas

Leticia Sorg

A violência sexual também é uma arma. Foi usada em conflitos entre tribos, comunidades e nações desde os primórdios da humanidade. Relatos bíblicos comprovam a antiguidade da prática de tomar a mulher do derrotado: “Quando, na guerra contra os inimigos (...) e tu os fizeres cativos, se vires uma mulher bonita, da qual te enamores, e a queira tomar por esposa, tu introduzirás em tua casa” (Deuteronômio, 21). O que a *Bíblia* deixa escapar é que o estupro durante a

guerra pouco ou nada tem a ver com desejo sexual de soldados longe de casa. Numa região de conflito, a violência sexual é um ato de poder, uma arma de guerra, covarde, mas tão ou mais eficiente do que a de fogo. “Ela traz danos de longo prazo, por isso é tão usada por exércitos e milícias”, diz Joeyta Bose, coordenadora em Londres da ONG Women for Women, que dá cursos de capacitação profissional para mulheres em zonas de conflito. “O estupro desumaniza as vítimas e quebra a comunidade.”

Duas décadas depois do conflito na ex-Iugoslávia, muitos habitantes ainda lidam com os efeitos da violência sexual. Durante a guerra na Bósnia-Herzegovina, no início dos anos 1990, entre 20 mil e 50 mil mulheres foram estupradas. Na maioria, bósnias muçulmanas. Muitas engravidaram de agressores sérvios – e foram obrigadas a gerar os bebês. Essas crianças cresceram para formar uma geração de jovens que não apenas desconhecem os pais, mas sabem que eram inimigos que agrediram



ATROCIDADE
Vítimas de violência sexual em abrigo de Goma, na República Democrática do Congo. O país é um dos mais perigosos do mundo para as mulheres

suas mães. O estupro em massa e a escravidão sexual de mulheres na Bósnia levaram ao julgamento, em 2001, de três militares sérvios. O Tribunal Criminal Internacional criado para o conflito condenou-os por crimes contra a humanidade. Outras 26 pessoas também receberam penas por acusações semelhantes.

Pela segunda vez o estupro era considerado mais que uma violação dos costumes de guerra. Em 1998, o tribunal criado para Ruanda considerou o estupro um ►



ENTREVISTA

Rochelle Saidel

O Holocausto por elas

Em novo livro, a pesquisadora aborda a violência sexual contra as mulheres judias durante a Segunda Guerra Mundial

ÉPOCA - Por que sabemos tão pouco do sofrimento das mulheres durante o Holocausto?

Rochelle Saidel - Há várias razões. A primeira é que a maioria das vítimas foi assassinada. Na Alemanha nazista, havia uma lei que proibia relações sexuais entre arianos e judeus. Por isso, quando soldados alemães estupravam uma mulher judia, eles a matavam para evitar problemas. As que sobreviveram tinham um sentimento tão grande de vergonha que não falavam do assunto.

ÉPOCA - Por que era tão difícil para as vítimas falar sobre a violência?

Rochelle - Elas achavam que isso impediria que se casassem, não queriam que seus maridos soubessem. Até hoje as vítimas de estupro sentem vergonha, ainda que saibam não ter culpa. No Holocausto, o que mais gerava vergonha era o que acontecia em alguns campos de concentração, em que homens usavam seu poder para dar às prisioneiras algo que lhes garantisse a sobrevivência. Eles trocavam sexo por um pedaço de pão. Para mim, isso não deixa de ser estupro.

ÉPOCA - Mesmo alguns pesquisadores do Holocausto não querem falar sobre o assunto. Por quê?

Rochelle - Esses pesquisadores, homens na maioria, talvez não quisessem ver que as mulheres foram violentadas, que eles não conseguiram protegê-las. Alguns estudiosos também dizem que retratar o sofrimento das mulheres tirava de foco o fato de que o Holocausto era, no fundo, o extermínio de judeus. Mas, se é possível estudar o Holocausto em diferentes países, com diferentes grupos étnicos, por que não pesquisar a perspectiva feminina?

ÉPOCA - Seu livro *Sexual violence against Jewish women during the Holocaust* (Violência sexual contra mulhe-

res judias durante o Holocausto) revela que as mulheres judias sofreram não só nos campos de concentração, mas também nos esconderijos.

Rochelle - É também por isso que as pessoas não falam sobre o assunto. Nos guetos, havia os conselhos judeus, responsáveis por organizar a vida diária. Claro que esses conselhos não tinham o poder, que estava nas mãos dos nazistas. Mas os nazistas às vezes diziam ao conselho: se vocês não nos derem X jovens para nosso prazer, vamos deixar de apoiar toda a população. E o conselho tinha de decidir se mandava as meninas ou se todos morriam. E eles enviavam as mulheres.

ÉPOCA - A experiência feminina do Holocausto é diferente?

Rochelle - Nos anos 1930 e 1940, as mulheres tinham uma educação muito diferente dos homens. Eram treinadas para as atividades domésticas. E talvez por isso, durante o Holocausto, tenham conseguido se organizar para cuidar da comida, da higiene. Parecem também ter formado famílias provisórias. Há exemplos de presentes que fizeram umas para as outras dentro do campo de concentração de Ravensbrück. Estudando a perspectiva feminina, descobrimos que quase ninguém havia perguntado para essas mulheres sobre a violência sexual. E, quando elas falavam, diziam que havia acontecido com uma amiga, com a irmã, nunca com elas. Neste século, começou-se a pesquisar a questão específica da violência sexual durante o Holocausto.

ÉPOCA - Se tivéssemos aprendido com o Holocausto, poderíamos ter evitado a violência sexual em outros conflitos?

Rochelle - É difícil dizer que estudar o que aconteceu no Holocausto salvaria a vida de outras mulheres. Mas a intenção desse livro é abrir o debate, é incentivar as pessoas a falar e a superar o trauma. ◆



HOLOCAUSTO
Mulheres no campo
de extermínio
de Auschwitz, na
Polônia. Muitas
vítimas de estupro
por nazistas foram
assassinadas

instrumento de genocídio, além de um crime contra a humanidade, na condenação de 11 pessoas. No dia 24 de junho, a mesma corte condenou à prisão perpétua Pauline Nyiramasuhuko. Ex-ministra da Família e das Mulheres de Ruanda, Pauline foi considerada culpada de genocídio e crimes contra a humanidade por, entre outras ações, incentivar a agressão, o estupro e a morte de centenas de mulheres da etnia tútsi. Estima-se que, nos 100 dias do conflito em Ruanda, em abril de 1994, entre 250 mil e 500 mil mulheres tenham sido violentadas.

As condenações na ex-Iugoslávia e em Ruanda são consideradas exemplares na punição da violência sexual em guerras. “Desde a Convenção de Haia, no início do século XX, das convenções de Genebra e do estabelecimento do Tribunal Internacional, a violência sexual era reconhecida como crime contra a humanidade quando feita de forma disseminada e sistemática”, diz Widney Brown, diretora de Direito e Política da Anistia Internacional. “Mas, apesar disso, o número de processos se manteve muito baixo.” Nos tribunais de Tóquio e de Nuremberg, que julgaram crimes cometidos durante a Segunda Guerra Mundial, o estupro nem foi mencionado. Estima-se, porém, que 2 milhões de mulheres tenham sido estupradas na Alemanha e dezenas de milhares tenham sido submetidas à escravidão sexual na Ásia.

A natureza do crime sexual dificulta não apenas a obtenção de justiça, mas a compreensão de seus efeitos. Para isso, é vital que seja dada voz às vítimas, missão abraçada por Rochelle Saidel, pesquisadora do Núcleo de Estudos da Mulher e Rela-

ções Sociais de Gênero da Universidade de São Paulo (leia a entrevista na pág. 105). Rochelle desafiou o silêncio e o estigma para retratar o sofrimento de mulheres em meio a um dos mais violentos episódios da história, o Holocausto. Uma das organizadoras do livro *Sexual violence against Jewish women during the Holocaust (Violência sexual contra mulheres judias durante o Holocausto)*, Rochelle diz que a violência sexual permaneceu um tabu nos registros da tragédia. Segundo ela, o tema não faz parte da maioria dos relatos do Holocausto porque, além da dificuldade de muitas mulheres de se abrir, foi seguidamente ignorado por entrevistadores. Mas o uso dessa arma foi constante. Além dos trabalhos forçados nos campos de

concentração e do uso de câmaras de gás, os estupros e a escravidão sexual fizeram parte dos horrores. Uma lei que proibia relações sexuais entre judeus e arianos não foi capaz de proteger as mulheres judias. A proibição, na verdade, representava um risco ainda maior. Para evitar problemas com a lei, muitos estupradores matavam suas vítimas.

Quase 70 anos depois, em novos conflitos, novos dramas são registrados. No início da atual guerra civil na Líbia, uma mulher denunciou publicamente a violência de soldados leais ao líder Muammar Khadafi. Eman al-Obeidi entrou em um hotel em Trípoli e, aos gritos, afirmou ter sido presa e estuprada. Apenas, segundo ela, por ser de uma região rebelde. O caso, seguido de outras denúncias, levou a secretária de Estado dos Estados Unidos, Hillary Clinton, a pedir uma investigação sobre a suposta prática de violência sexual “em larga escala” por forças de Khadafi. No dia 17 de junho, o Tribunal Penal Internacional (TPI) pediu a prisão do ditador, acusado da morte e perseguição de civis. A Anistia Internacional afirma não haver evidências da prática sistemática de violência sexual na Líbia, mas o promotor do TPI, Luis Moreno-Ocampo, diz ter informações sobre uma “política de estuprar quem é contra o governo”.

Jean-Pierre Bemba, ex-vice-presidente da República Democrática do Congo, pode ser o próximo entre as poucas autoridades já condenadas por violência sexual. Acusado de permitir que suas tropas estupassem mulheres durante a guerra civil no país, no final dos anos 1990, ele começou a ser julgado no fim do ano passado por crimes contra a humanidade. Segundo um relatório divulgado no último dia 6 pela agência ONU Mulher, mais de 200 mil casos de violência sexual foram registrados desde 1996 só no leste do Congo. Depois da guerra civil, o quadro não melhorou muito: o Congo é considerado o segundo lugar mais perigoso do mundo para as mulheres, atrás apenas do Afeganistão.

Os conflitos que envolvem as ideias de etnia, raça e tribo costumam ser cruéis com mulheres e meninas. Como são importantes para a perpetuação do grupo, tornam-se valiosas presas. Aos olhos do inimigo, perdem sua identidade humana e são reduzidas a alvos militares. Dar justiça e voz a essas vítimas significa lhes devolver parte da dignidade roubada pela guerra. ◆